

**AgInt no PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE  
LEI Nº 204 - CE (2016/0318333-0)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : DEUZIMAR COSME PEREIRA**  
**ADVOGADOS : MÁRCIO MILITÃO SABINO - CE007576**  
**CLAUDIO MILITÃO SABINO - CE019570**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF - PR000000F**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ART. 14, § 4º, DA LEI 10.259/2001. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO AO DIREITO MATERIAL, E SIM QUANTO A MATÉRIA PROCESSUAL.

I - Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, apreciando questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

II - No caso dos autos, apesar do inconformismo do requerente, não há divergência a respeito de direito material entre os fundamentos da decisão da TNU e a jurisprudência do STJ, e nem mesmo em relação aos fundamentos do pedido de uniformização suscitado. Isto porque tanto o suscitante quanto a TNU entendem ser passível o enquadramento do vigilante após a Lei 9.032/95, mediante a comprovada exposição ao agente nocivo periculosidade.

III - A divergência, na verdade está na efetiva comprovação da periculosidade no caso *in concreto*, visto que a TNU entendeu que o segurado não comprovou a periculosidade, enquanto este afirma que comprovou.

IV - Ocorre que é inviável o pedido de uniformização de jurisprudência quando assentado em questão eminentemente processual, *in casu*, o reexame de provas. Precedentes: AgInt no PUIL 298/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 13/12/2017, DJe 22/2/2018; AgInt na Pet 11.333/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 9/8/2017, DJe 16/8/2017.

V - Agravo interno improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Og Fernandes, Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

